

# Pacote argentino faz a Bolsa cair em 50%

**BUENOS AIRES** — As cotações na Bolsa de Valores da capital argentina caíram 50 por cento na manhã de ontem, em meio a uma sessão tumultuada que obrigou a direção do mercado a ordenar a suspensão do pregão. À tarde, os negócios foram reiniciados, em clima mais calmo, e os preços fecharam, em média, com uma baixa de 30 por cento em relação a sexta-feira.

A queda foi atribuída ao impacto causado pelas medidas econômicas anunciadas pelo Governo do Presidente Raul Alfonsín, especialmente na área tributária. Os impostos subirão em todos os setores da economia.

● No Rio, o economista Júlio Dreizen, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) e especialista em mercado de capitais da Argentina, atribuiu a grande queda ocorrida ontem na Bolsa de Valores de Buenos Aires às medidas tributárias baixadas pelo Governo no domingo.

De um leque de 22 novos impostos, alguns afetaram diretamente o mercado acionário, como a taxação sobre os divi-

dendos, sobre os ganhos de capital com algumas ações e extinção de incentivos para a compra de determinados papéis ao portador.

Júlio Dreizen explicou que o mercado acionário argentino é muito pequeno, negociando uma média diária de US\$ 2 milhões, referente a 70 das 250 empresas registradas em Bolsa. As principais ações são as da Alpargatas e da Acinder (siderúrgica). São poucas as estatais com ações negociadas em Bolsa, e mesmo assim com participação insignificante.

● O Presidente do Banco Central argentino, Enrique Garcia Vasquez, disse ontem, em Washington, que, embora o Brasil e a Argentina tivessem problemas diferentes no seu ajuste econômico, existiam, entretanto, "políticas comuns" na negociação de suas dívidas externas, como a necessidade de reduzir as taxas de juros e de vincular as exportações ao pagamento de suas contas internacionais.

A Argentina não cumpriu no último dia 15 o prazo para a renegociação de empréstimos de cerca de US\$ 8 bilhões (US\$ 6 bilhões do principal e cerca de US\$ 2 bilhões em juros). O novo governo do Presidente Raul Alfonsín pediu seis meses, até junho de 1984, para a renegociação, que incluirá os pagamentos com vencimentos em 84.